



O autor se revolta com o cinismo do Banco Mundial, criticando a políticas públicas de saúde e educação brasileiras, uma vez que foram induzidas por eles, como políticas compensatórias em nome da tal da focalização. A implantação resultou de fato, e aí a crítica procede – apesar de ser cínica – em saúde e educação pobre para os pobres e colocadas no mercado para aqueles que têm algum recurso. A propaganda mais eficiente das modernas empresas de educação e das operadoras dos planos de saúde é a falência do sistema público de educação e do sistema público de saúde.

CINISMO INTERNACIONAL

Correio Popular
Artigo publicado em 13.01.06

As críticas do Banco Mundial à situação que nos encontramos, do ponto de vista social, especialmente nas áreas de Saúde e Educação (Folha de São Paulo 23/09/2005) podem ser adjetivadas, ao mesmo tempo, como corretas e cínicas. Tudo o que diz é verdade, porém, para quem leu o documento “World Development Report” de 1993, escrito pelo mesmo Banco, pode ver que o País seguiu (ou foi obrigado a seguir), à risca, sua receita e, deu no que deu.

As políticas compensatórias (assistencialistas) que agora são execradas, foram inventadas por eles com nome da “focalização”, cuja implantação resultou em Saúde e Educação pobres para pobres e, para os demais 20 a 30%, que têm algum recurso, esses benefícios inerentes à cidadania devem ser comprados no mercado, por diferentes preços e qualidades, como se fossem roupa ou carro: cada um tem a saúde e a educação que merece, de acordo com o dinheiro disponível para comprá-las. Políticas públicas essenciais são colocadas no mercado e tornam-se objeto de grandes lucros, cujos beneficiários, pouco a pouco, começam a se internacionalizar. A mais eficiente propaganda dessas empresas, feita pelo Governo Federal, é o colapso dos serviços públicos que se tornam sinônimo de castigo,

quando deveria ser exatamente o contrário, até porque, a classe média, não tem como continuar pagando planos de saúde e escola para os seus filhos. Lembro-me que, quando fiz Grupo Escolar, a escola privada procurava se equiparar a ele, o Ginásio do Estado (público) era o melhor de todos e, quando me formei na USP, o Hospital das Clínicas era o melhor do Brasil. Hoje, inverteu-se tudo, sobram algumas Universidades Públicas que ainda são as melhores mas, que abrigam injustamente as elites econômicas porque o vestibular mede somente o poder aquisitivo dos pais em pagar cursinhos e há hospitais privados e caros que já superam os hospitais públicos de referência.

Exemplifico com a Saúde. A partir do início dos anos 90 recentralizou-se novamente o seu financiamento, enriquecendo o poder central e estrangulando os municípios que ficaram com a responsabilidade que lhes foi conferida pelo SUDS/SUS mas, sem os recursos para exercê-la. Tudo, ao arrepio da Constituição. A partir daí ressurgiu um conjunto de ações centralizadas, caras e pouco eficientes e iniciou-se, em nome da milagrosa prevenção (usado quase sempre em vão) e da fantasiosa focalização – o PAB (Programa de Ações Básicas) que transferia, para os municípios realizarem ações preventivas, o valor de R\$ 0,80 por habitante/mês (quantia obviamente insuficiente) que acabou sendo usado pelos prefeitos para cobrir buracos decorrentes do desfinanciamento da Saúde. Desprezou-se todo o trabalho dos pensadores de Saúde que, entre 1945 e 1986, elaboraram os princípios da reforma e com eles conquistaram o SUS na 8ª Conferência e na Constituição de 1988. Tudo foi desmontado pela contra-reforma iniciada em 1990, sob o “sábio” aconselhamento dos que agora, cinicamente, nos criticam. Temos um período áureo de reconstrução entre 1998 e 2002 e, a partir daí, novamente, a entropia. É bom ver as frases constantes do atual relatório: “A ação pública deve ampliar o conjunto de

A mais eficiente propaganda dessas empresas, feita pelo Governo Federal, é o colapso dos serviços públicos que se tornam sinônimo de castigo, quando deveria ser exatamente o contrário, até porque, a classe média, não tem como continuar pagando planos de saúde e escola para os seus filhos.

oportunidades para aqueles que têm menos recursos ou capacidades” “Instituições injustas impõem custos econômicos” “Se as pessoas mais pobres não conseguirem tirar proveito de seus talentos, a sociedade perde oportunidades de inovação e investimento” “O enfoque do desenvolvimento deve ser imbuído de equidade”. Como se tudo isso fosse possível, com a política econômica que eles impõem e a orientação (nome brando) que nos deram para as políticas públicas essenciais.

É nisso que dá seguir receitas (ordens) vindas de fora. Um País começa a se desenvolver quando encontra soluções próprias para os seus problemas que lhe são peculiares. Essas receitas, mesmo vindo com algum verniz de modernidade, atendem aos interesses do capital, esses mesmos que determinam juros escorchantes que levam 40% do orçamento do País, reforçando os especuladores que vivem sem trabalhar e sem criar desenvolvimento, pelo contrário, impedindo-o. Nós, os bobos, eles os cínicos, o povo cada vez mais distante de seus direitos de cidadão e mais pobre os especuladores, cada vez mais ricos os políticos, cada vez mais submissos aos interesses do capital e, a custa dessa submissão facilita-se cada vez mais relações promíscuas e parasitárias entre Estado e mercado.

Agora, claro, antes de matar a vaca, cujas tetas lhes servem, tratam de mudar as aparências para que as essências continuem as mesmas. A pena de Lampedusa e a tela de Visconti, já o disseram e a história vem se repetindo. Mas, a pergunta é: até quando continuará esse ciclo sob os olhares complacentes de um Governo que prometeu superá-lo.

Não tenho dados concretos para nutrir esperanças a não ser o fato de que a exploração determinada pela globalização já transferiu tudo o que podia para os cofres dos donos dos capitais e tanta pobreza está criando riscos e incômodos para os abastados. O receituário interno existe há muito tempo e, talvez agora, ele seja mais bem aceito pelas razões nada éticas já referidas: baixar os juros, renegociar a dívida,

JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI

manter a democracia, educar, politizar, abrigar a classe média nas políticas públicas essenciais, atraindo-a com melhor qualidade, aplicar em ciência e tecnologia de modo concentrado e centralizado e, acima de tudo, formular o próprio processo de desenvolvimento este sim, descentralizado sem copiar e sem aceitar imposições. Por isso, precisamos de um Presidente estadista que tenha compreensão clara de tudo e coragem para colocar em prática essas soluções.

PREVIDÊNCIA SOCIAL / OUTROS

Design e fechamento:
Paulo Cardoso de Almeida
pcardoso@uol.com.br